

Sem cerimónia nem papéis: uma análise da coabitação em Portugal

*Filomena Santos*³⁹

Introdução

A coabitação como forma de vida conjugal susceptível de constituir uma alternativa ao casamento, desenvolveu-se na maior parte dos países ocidentais a partir de finais dos anos sessenta. A entrada na vida a dois pela coabitação é hoje uma tendência largamente maioritária num grande número de países, sendo o casamento adiado ou mesmo rejeitado pelos casais de forma duradoura.

Vários autores sublinham a diversidade de concepções subjacente a este tipo de união e o facto de nem todos assumirem a coabitação como um meio de contestação do casamento (MacRae 1993; Kaufmann 1993).

Que significado sociológico devemos atribuir ao crescimento, por vezes espectacular, do fenómeno? Quais as causas que levam os homens e as mulheres a viver juntos sem casar? As uniões informais exprimem o desenvolvimento de novas relações entre os géneros? Quem são os coabitantes? Qual a relação entre coabitação e classe social? Quais as modalidades de difusão destes novos comportamentos através das várias categorias sociais? O crescimento das uniões sem papéis compensa a deserção face ao casamento institucional? Trata-se de uniões pré-matrimoniais ou de uniões estáveis mas livres? É a coabitação mais vantajosa para as mulheres? Estarão os homens coabitantes em desvantagem no que diz respeito aos seus direitos face aos filhos? De que maneira as políticas familiares afectam a coabitação? Existem diferentes tipos de coabitação, tal como existem diferentes modelos de casamento? Quais as atitudes dos coabitantes face ao casamento? Contestação ou indiferença? Aqueles que vivem em coabitação têm representações sobre o amor e a relação do casal diferentes daqueles que se casam?

Este conjunto de interrogações correspondeu a uma fase inicial de arranque da pesquisa⁴⁰ marcada pela curiosidade sobre o tema. Não quer dizer que a investigação quando terminada venha a responder a todas estas questões mas elas servem para orientar a pesquisa em determinadas direcções (com exclusão de outras).

Antes de centrar a minha atenção na sociedade portuguesa, gostaria de deixar dois ou três tópicos com base na literatura existente sobre o tema, que procuram responder, nomeadamente, à primeira questão: quais as razões para o desenvolvimento do fenómeno?

³⁹ UBI.

⁴⁰ Pesquisa em curso sobre a coabitação em Portugal no âmbito de uma tese de doutoramento em sociologia da família orientada pela Prof. Doutora Karin Wall.

Vários autores partilham a ideia de que se o casal se tornou mais instável e estatisticamente minoritário nas suas formas mais institucionalizadas é porque, paradoxalmente, as aspirações e as exigências dos indivíduos acerca da relação do casal estão hoje mais inflacionadas. Neste sentido, as transformações ao nível da conjugalidade que se manifestam no aumento do número de divórcios e na diminuição do número de casamentos, na generalização das uniões de facto e dos nascimentos fora do casamento, no crescimento do número de famílias monoparentais e de pessoas a viver sozinhas, devem-se em grande medida ao facto do casal se ter tornado uma realidade mais complexa e mais difícil de construir e, simultaneamente, um lugar privilegiado de procura de “felicidade” e de realização pessoal (Kellerhals 1982; Kaufmann, *op. cit.*).

A privatização dos afectos e a desinstitucionalização da relação do casal que acompanham o desenvolvimento da modernidade são algumas das razões de fundo que explicam as mudanças actuais na “paisagem conjugal”, nomeadamente, a multiplicação das uniões informais.

Tendo em conta as transformações mais recentes das sociedades contemporâneas, foram sem dúvida aquelas que afectaram a posição social das mulheres (designadamente através do acesso mais massivo ao sistema de ensino e ao mercado de trabalho), que contribuíram de forma mais profunda para as mudanças verificadas ao nível das relações familiares e conjugais. A problemática do género revela-se, pois, particularmente adequada para analisar o fenómeno coabitação.

A crescente autonomia das mulheres, o prolongamento dos estudos e a emergência de uma nova idade de transição, a pós-adolescência, a inserção profissional tardia, a dificuldade de acesso a um emprego estável ou compatível com a formação adquirida, são normalmente apontados como fornecendo as razões mais decisivas para a expansão das uniões informais. Os jovens, e de uma maneira geral todas as pessoas que estão numa fase das suas vidas marcada pela incerteza ou pelo risco de desclassificação social, preferem modos menos rígidos e formais de viver a conjugalidade que deixam, pelo menos simbolicamente, o futuro em aberto, tanto do ponto de vista profissional como conjugal (Bozon 1991; Bawin-Legros 1988).

A coabitação na sociedade portuguesa – dados e interpretações

No sentido de contextualizar os dados obtidos através dos censos de 1991 e 2001, que irei apresentar por último, gostaria em primeiro lugar de referir, de forma necessariamente breve, alguns trabalhos de investigação realizados no nosso país. Muito embora não tenham a coabitação como objecto principal, esses trabalhos contribuem para dar visibilidade ao fenómeno ao mesmo tempo que procuram explicar os processos de mutação que atravessam a família actualmente.

Os resultados de diferentes pesquisas indicam que o casamento tende cada vez mais a ser desvalorizado enquanto laço formal (Almeida, A.N. *et al.* 1988, Torres, A. 2002).⁴¹

As representações e o comportamento dos portugueses face à conjugalidade devem ser entendidos no âmbito do processo de desinstitucionalização e privatização do casamento,⁴² tendência comum a toda a Europa mas que no caso português assume características específicas que resultam da articulação entre dinâmicas tradicionais e modernas. No caso particular dos jovens, a cedência à vontade dos pais e, de uma maneira geral à pressão social, constitui um indicador de que a coabitação na sociedade portuguesa, ao contrário do que acontece noutros países, não é ainda uma prática totalmente aceite, sobretudo nas regiões do país onde ela está pouco difundida, e que é vista até com alguma suspeita, com reflexos evidentes na forma de viver a dois das gerações mais jovens.

Na pesquisa de Anália Torres sobre o casamento (Torres, *op. cit.*), foi possível constatar que para muitos pais a ideia de divórcio é mais facilmente aceite, e considerada menos grave para a reputação das filhas, do que a ideia de coabitar e descoabitar sem estar casado.

A investigação coordenada por Karin Wall “Famílias no Portugal Contemporâneo” (Wall *et al.* 2000), aponta, através da análise da trajectória matrimonial dos casais, para uma progressiva importância da coabitação como fenómeno de entrada na conjugalidade, a chamada coabitação pré-nupcial, a par da existência de uma coabitação de longo curso, que embora, ao que tudo indica minoritária,⁴³ surge associada a famílias de maior dimensão e mais desprovidas de recursos sócio-económicos.

A questão de saber quais as tendências dominantes, isto é, se a coabitação corresponde no nosso país a uma fase de transição que antecede o casamento ou se os portugueses tendem a assumir a união de facto como um estilo de

⁴¹ As investigações que apontam para uma nítida desvalorização da dimensão institucional da relação conjugal dizem sobretudo respeito, é necessário sublinhá-lo, à população da região metropolitana de Lisboa. Nomeadamente o inquérito aos jovens do concelho de Loures (J. Ferreira de Almeida e outros, 1996), a investigação sobre “Políticas sociais e aspectos sócio-educativos e da guarda das crianças na Grande Lisboa” (cit. in Almeida, A. N. *et al.* 1998: 67) e ainda, a pesquisa que tem como temática central o casamento e que resultou, entre outros aspectos, da aplicação de entrevistas em profundidade a homens e mulheres da Área Metropolitana de Lisboa (Torres, 2002).

⁴² Estas tendências descritas quer pelos sociólogos da família (Roussel, 1989), quer pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973, Shorter, 1977), dizem respeito a uma crescente desvalorização dos aspectos institucionais da relação conjugal a favor da primazia dada ao sentimento amoroso como fundamento da união. A valorização do bem estar pessoal e emocional pressupõe também modelos de conjugalidade e de família mais igualitários. O crescimento da coabitação na maior parte dos países ocidentais revela um crescente desapego à instituição (que não significa necessariamente uma rejeição do casamento em termos ideológicos), e inscreve-se nesses processos de transformação de valores e de comportamentos que acompanham o desenvolvimento da modernidade.

⁴³ Dos 1776 casais inquiridos (de idades entre os 25 e os 49 anos e com filhos em idade escolar), 16% tinham coabitado antes de casar, enquanto apenas 4% permaneciam em união de facto no momento do inquérito. A amostra incluiu 277 casais que viveram, ou vivem ainda, em coabitação (Wall, *op. cit.*).

conjugalidade alternativo ao casamento e de longa duração, encontra algum suporte empírico nesse e noutro trabalho recentemente publicado sobre os nascimentos fora do casamento (Ferreira e Aboim 2002).⁴⁴

A principal descoberta deste estudo refere-se ao facto da coabitação de casais com filhos, cuja tendência é precisamente para adiar ou excluir o casamento de forma durável, surgir associada a situações de maior precariedade económica e social, o que deixa entrever, conforme sublinham os seus autores, fortes diferenciações de género.⁴⁵

Os resultados desta pesquisa contrariam a perspectiva de alguns autores, europeus e norte-americanos, os quais tendem a associar a coabitação a formas modernas de funcionamento conjugal e familiar baseadas numa crescente autonomia feminina e em papéis de género mais indiferenciados (Bouzon 1991; Roussel 1989; Glick e Spanier 1980; Prinz 1995).

Qual o significado da coabitação que dura para além do nascimento de um filho para quem vive junto pela primeira vez ou após uma ruptura conjugal anterior? Casarão eles um dia? É provável que sim, que muitos destes casais venham a oficializar a sua união após a vinda do primeiro ou mesmo do segundo filho em comum, a avaliar pela expressão minoritária que apesar de tudo assume a coabitação de longo termo, esta última mais frequente entre os sectores mais desfavorecidos da sociedade portuguesa.

Neste aspecto, Portugal não parece seguir exactamente as tendências de outros países, como por exemplo a França ou a Bélgica, onde a partir dos anos 80 as uniões sem papéis tendem a instalar-se no longo termo e, simultaneamente, são provenientes de sectores sociais mais diversificados (Villeneuve-Gokalp 1990; Toulemon 1996; Bawin-Legros 1988).

Bernadette Bawin-Legros atenta às relações entre tipos de coabitação e classe social, conclui, a propósito da Bélgica, que a coabitação encarada apenas como uma fase de transição precedendo o casamento e a constituição de uma família é mais frequente nas classes populares do que na burguesia (*op. cit.*: 163). Em relação ao nosso país, a tendência parece ser a inversa já que são as classes populares, ou os seus sectores mais desqualificados, que adoptam a coabitação como substituto do casamento.

Com base nos trabalhos referidos (Wall *et al.* 2000, Ferreira e Aboim 2002), parece ser possível desenhar os contornos, ainda imprecisos, de três grandes tipos de coabitação na sociedade portuguesa: a coabitação de entrada na conjugalidade ou pré-nupcial, ligada aos grupos dotados de maiores recursos económicos e/ou capitais escolares e profissionais, a coabitação de entrada na parentalidade que perdura para além do nascimento do primeiro filho

⁴⁴ O trabalho de Pedro Ferreira e Sofia Aboim baseia-se no tratamento e na análise de uma base de dados relativa às estatísticas demográficas do INE do ano de 2000. Segundo estes dados, a coabitação de longo curso representa cerca de 20% dos casais que têm filhos fora do casamento, 48,6% diz respeito a casais solteiros, a chamada coabitação de entrada na parentalidade e 31,5% fazem parte das famílias recompostas (*op. cit.*, 424 e 440).

⁴⁵ Os dados mostram que as situações de não actividade, os níveis de instrução mais baixos e as profissões menos qualificadas ou remuneradas, encontram-se de forma mais acentuada nas mulheres coabitantes com filhos do que nas mulheres casadas na mesma situação (*idem*: 416).

(incluindo aqui a coabitação de recomposição familiar),⁴⁶ que surge associada ao grupo dos assalariados intermédios e aos operários e, por fim, a coabitação de longa duração ou união de facto que tende a substituir o casamento, característica dos grupos mais desqualificados ou situados na fronteira da exclusão social.

A impressão que se recolhe destas análises é a da diversidade de situações, de percursos e de modelos de funcionamento conjugal associados à coabitação em Portugal, à semelhança, aliás, do que é proposto em vários trabalhos a propósito de outros contextos e países (Roussel 1986; Villeneuve-Gokalp 1990; Kaufmann 1993; Smart e Stevens 2000).

Dez anos de evolução da coabitação em Portugal (1991-2001)

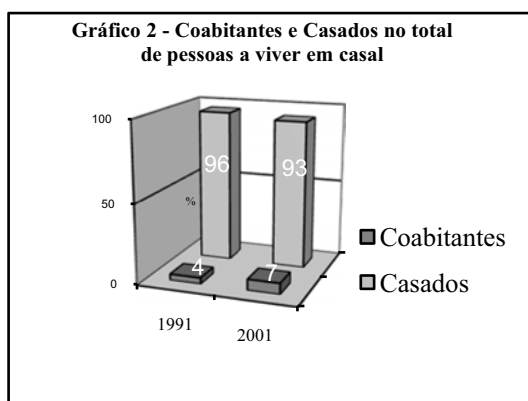
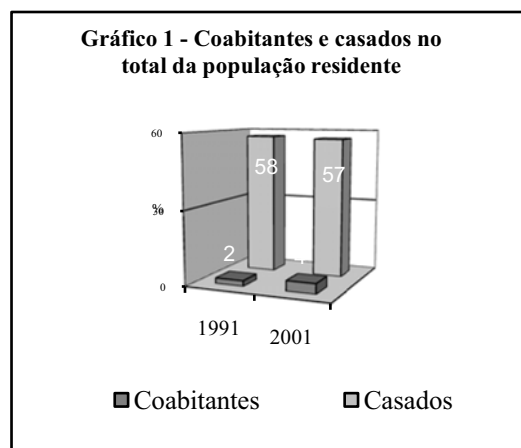
Vou passar rapidamente, e de forma telegráfica, à análise dos dados obtidos através dos Censos de 1991 e 2001, os quais vêm de alguma forma confirmar as conclusões apresentadas anteriormente, ao mesmo tempo que permitem observar a evolução da coabitação num período de 10 anos.

Quadro n.º 1 - Coabitantes e Casados por sexo no total da população residente 1991 e 2001

	Total			Coabitantes			Casados		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1991	8380947	3995803	4385144	194315	97081	97234	4817662	2406608	2411054
%				2,3	2,4	2,2	57,5	60,2	55,0
2001	9051698	4332742	4718956	381120	187796	193324	5139592	2571823	2567769
%				4,2	4,3	4,1	56,8	59,4	54,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991 e 2001 (Portugal).

⁴⁶ Segundo os dados do inquérito “Famílias no Portugal Contemporâneo”, a coabitação de recomposição familiar, isto é, aquela que diz respeito às famílias em que pelo menos um dos parceiros tem um filho de um casamento ou relação anterior, é, de todos, o tipo de coabitação cuja difusão toca todas as categorias sociais.



O gráfico n.º 1 mostra aquilo que já é do conhecimento geral: a coabitação em Portugal duplicou nos últimos 10 anos. Apesar de ainda nos encontrarmos distantes dos valores médios dos países europeus,⁴⁷ em termos absolutos o número de coabitantes ultrapassa hoje os 380 mil.

O crescimento das uniões informais e o recuo do casamento tornam-se mais visíveis se observarmos o número de coabitantes e casados no total das pessoas que vivem em casal. Parece que a deserção face ao casamento legal, ainda que baixa no contexto europeu, é largamente compensada pelo aumento da coabitação – temos menos 3% de casados e mais 3% de coabitantes (ver gráfico n.º 2).

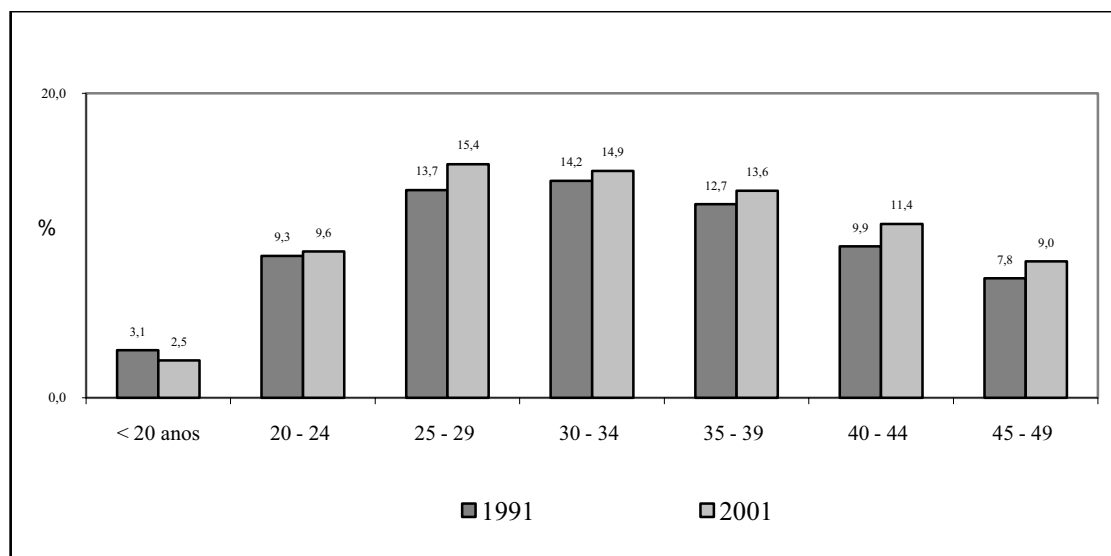
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991 e 2001 (Portugal).

A análise das diferenças de sexo (quadro n.º 1) entre casados e coabitantes revela que o número de mulheres casadas é sempre menor que o número de homens (menos 5%); no caso da coabitação o número de homens e mulheres tende a ser idêntico, quer em 1991 quer em 2001. O que à partida parece ser um indicador de igualdade entre os sexos reflecte profundas assimetrias. É conhecida a tendência para as mulheres com filhos de relações anteriores serem excluídas do casamento, enquanto que os homens, mesmo com filhos, voltam mais frequentemente a casar. Esta diferença pode ser explicada pelo facto dos filhos permanecerem normalmente com as mães. A presença de filhos tende a produzir uma desvalorização da posição das mulheres face ao mercado matrimonial e a afastá-las do casamento, de forma muito mais nítida do que no caso dos homens.

⁴⁷ De acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, em 1997 havia uma média de coabitantes (casais) de 9% para o conjunto dos países da união europeia (Portugal 3%); essa percentagem sobe para 32% nas faixas etárias mais jovens dos 16 aos 29 anos (Portugal 10%); o valor médio da coabitação em Portugal aproxima-se dos países do Sul europeu (Espanha 3%; Itália 2%; Grécia 1%) e da Irlanda (4%) mas distancia-se dos países do Norte da Europa tais como a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia onde a coabitação ultrapassa os 20%, bem como dos países do Centro onde a coabitação atinge valores intermédios (França e Holanda cerca de 15%; Reino Unido 11%; Áustria e Bélgica 9%; Alemanha e Luxemburgo 7%) (Comissão Europeia, Annuaire Eurostat 2002: 34).

Sendo assim, a coabitação para as mulheres com filhos de outras relações,⁴⁸ sobretudo quando aliada a situações sociais desfavorecidas, parece significar uma alternativa ao casamento mas de estatuto inferior, tendo em conta os recursos simbólicos, e também materiais, que o casamento é suposto garantir.

Gráfico n.º 4 – Coabitantes por Grupo Etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991 e 2001 (Continente).

O gráfico n.º 4 mostra-nos que a coabitação é mais expressiva nos grupos etários dos 25 aos 39 anos, idades em que é usual entrar em casal e (re)constituir família. O facto do maior número de coabitantes se situar na faixa etária dos 25-29 anos, a qual corresponde exactamente às idades onde ocorre o maior número de casamentos em Portugal,⁴⁹ segundo as estatísticas demográficas do INE, significa que os portugueses tendem a casar e a viver juntos em idades semelhantes, seguindo neste aspecto a coabitação um padrão idêntico ao do casamento.

A percentagem relativamente elevada de pessoas a viver em união de facto nos grupos etários menos jovens acima dos 30 anos e, em particular, o crescimento de 1991 para 2001 no grupo dos 40-44 anos, revela a importância

⁴⁸ Existe uma associação muito forte entre a existência de filhos de uniões anteriores e mães coabitantes e sós (Aboim e Ferreira 2002: 420). Muito embora os Censos de 1991 e 2001 mostrem um equilíbrio entre os sexos relativamente à prática da coabitação em termos gerais, é possível verificar através desta pesquisa que a coabitação com filhos de conjugalidades anteriores é mais expressiva no caso das mulheres do que no caso dos homens (*op. cit.*, 431).

⁴⁹ Homens 40% e mulheres 34,4% (Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas Demográficas 2001, INE Portugal, 37).

crescente daqueles que saídos de uma ruptura conjugal anterior vêm engrossar as fileiras da coabitação.

Quanto à coabitação juvenil, ela surge menos expressiva no nosso país – em 2001, os coabitantes até aos 24 anos representam cerca de 12% do total de coabitantes. O número de coabitantes que têm menos de 20 anos também diminui ligeiramente de 1991 para 2001, o que talvez possa ser atribuído a uma diminuição dos casos em que a coabitação acontece em idades muito jovens devido a uma gravidez não planeada. O acréscimo de indivíduos com 20-24 anos que vivem juntos é inferior ao verificado nas faixas etárias acima, em particular dos 25-29 e dos 40-44 anos, idades onde ocorre o crescimento mais significativo da coabitação em Portugal.

Em termos da expressão quantitativa do fenómeno, podemos concluir que em Portugal a coabitação juvenil encarada como uma fase informal de experimentação e de selecção de parceiros tem menos importância que a coabitação mais estável de entrada e permanência na conjugalidade (ainda que possa ser uma fase transitória precedendo o casamento), e que a coabitação de recomposição familiar.

A par da idade, a análise dos coabitantes por grupo sócio-económico dá-nos uma ideia de quem são as pessoas que vivem em união de facto.

Em termos globais, se a coabitação é mais expressiva nos grupos assalariados intermédios, em particular nos empregados administrativos do sector terciário, e entre os trabalhadores não-qualificados, por outro lado, ela constitui também uma opção das classes mais favorecidas, incluindo as do topo da hierarquia social.

A análise das diferenças entre efectivos de coabitantes e casados em cada grupo sócio-económico permitiu chegar a algumas conclusões interessantes ainda que se trate apenas de uma primeira leitura dos dados (ver quadro n.º 2).

Em relação à burguesia empresarial e dirigente, à pequena burguesia proprietária e ao grupo dos profissionais e trabalhadores independentes, não há diferenças significativas na proporção de coabitantes e casados. A excepção vai para o caso dos independentes do sector primário. O facto de os coabitantes estarem em paridade com os casados nas profissões intelectuais, científicas e técnicas, parece indicar que em relação a estes grupos a associação entre capital escolar e qualificações profissionais tem mais impacto que o factor património na adesão à prática da coabitação.

Esta interpretação baseada na importância do capital escolar na discriminação dos comportamentos face à conjugalidade já não se apresenta tão linear quando observamos as classes assalariadas.

**Quadro n.º 2 - Coabitantes e Casados por Grupo Sócio-Económico
 (em percentagem), 2001**

Grupo Sócio-Económico	Coabitantes	Casados
Empresários e Quadros Dirigentes	3,6	3,8
c/ Prof. Intelect., Científicas e Técnicas	0,2	0,2
da Indústria, Comércio e Serviços	1,1	1,1
do Sector Primário	0,0	0,0
Directores e Quadros Dirigentes do estado e empresas	2,3	2,5
Pequenos Patrões e Gerentes	8,4	9,9
c/ Prof. Intelectuais e Científicas	0,6	0,5
c/ Prof. Técnicas Intermédias	0,7	0,6
da Indústria, do Comércio e Serviços	6,5	8,0
do Sector Primário	0,3	0,4
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,5	0,4
Independentes	6,4	8,4
Profissionais intelect. e científicos	0,3	0,2
Profissionais técnicos intermédios	0,4	0,3
Trabalhadores industriais e artesanais	2,2	2,7
Comerciantes e prestadores serviços	2,4	2,6
Agricultores e outros trab. do sector primário	1,1	2,5
Quadros	14,0	14,7
Quadros intelectuais e científicos	6,1	6,8
Quadros técnicos e intermédios	6,6	6,8
Quadros administrativos intermédios	1,3	1,1
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	23,9	20,2
Operários Qualificados e Semi-Qualificados	24,2	27,5
Assalariados do Sector Primário	1,8	1,6
Trabalhadores Não Qualificados	17,0	13,3
Trabalhadores. administ. comércio e serviços	13,2	10,0
Operários	3,8	3,3
Trabalhadores do sector primário	0,0	0,0
Pessoal das Forças Armadas	0,5	0,5
Total	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001 (Continente).

Os coabitantes estão menos representados nos quadros intelectuais e científicos, ainda que ligeiramente, e sobrerrepresentados nos grupos assalariados intermédios. Existe também um peso maior dos trabalhadores não qualificados do lado dos coabitantes do que do lado dos casados mas mais uma vez são os trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços não qualificados que contribuem mais para essa diferença (de cerca de 3% entre casados e coabitantes).

Em relação aos operários, não se pode dizer que a coabitação seja uma prática muito popular no meio operário, sobretudo nos sectores mais qualifica-

dos, já que a percentagem de casados é superior à dos que vivem juntos (a diferença é de cerca de 3%).

Da análise dos coabitantes por grupo sócio-económico sobressai a seguinte conclusão: é nitidamente no grupo dos empregados administrativos do comércio e dos serviços que a coabitação tem mais adeptos e é no grupo dos agricultores independentes e de outros trabalhadores do sector primário onde ela tem menos adeptos.

Por que razão ou razões são os empregados administrativos do sector terciário mais permeáveis à prática da coabitação?

Podemos apontar vários motivos, cuja confirmação depende em grande parte de um estudo qualitativo, entre eles, a crescente vontade de autonomia das mulheres,⁵⁰ o enfraquecimento do controle social, bem como, por outro lado, as fracas remunerações e a precariedade dos vínculos contratuais ou a instabilidade de emprego que atingem largas franjas da população a trabalhar no comércio e nos serviços. Os casais provenientes deste grupo de assalariados intermédio tendem provavelmente a adiar o casamento até à melhoria profissional de um ou dos dois membros do casal, apresentando-se neste caso a coabitação como uma opção mais flexível que permite “deixar o futuro em aberto”, enquanto que outros acabam, porventura, por instalar-se no longo termo após o nascimento dos filhos.

Os dados estatísticos apresentados, bem como os resultados das investigações realizadas no nosso país (e fora dele), reafirmam a importância das assimetrias sociais e de género na análise do desenvolvimento e diversidade do fenómeno coabitação. As uniões informais seguidas ou não de casamento assumem diferentes significados e podem ser vividas consoante o género e a posição social dos indivíduos mais como um constrangimento ou mais como uma opção.

Bibliografia

Aboim, S. e Karin Wall (2002), “Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos”. *Análise Social*, n.º 163: 475-506.

Almeida, A. N., M. Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”. In J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta: 45-78.

Ariés, Ph. (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, Paris, Seuil.

⁵⁰ Em França, um inquérito realizado em 1985 pelo INED revelou que as mulheres das classes intermédias mostraram durante mais tempo um maior apego ao casamento do que as mulheres quadro e as operárias mas a partir do início dos anos 80 elas passaram a ser as mais numerosas a adoptar o casamento sem papéis. Mais escolarizadas que a geração anterior, estas mulheres (empregadas de escritório e outras), procuram na coabitação uma forma de preservar a sua independência e escapar ao papel tradicional associado ao casamento. A crise de emprego veio ainda acelerar mais a difusão da coabitação neste grupo (Villeneuve-Gokalp 1990: 279-280).

Bawin-Legros, Bernardette (1988) “Nouvelles Formes de Conjugalité et de Parentalité”. In *Familles, Mariage, Divorce*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga.

Bozon, Michel (1991), “Le mariage: montée et déclin d’une institution”. In François de Singly (dir.), *La Famille: l’état des Savoirs*, Paris, La Découverte.

Ferreira, P. M. e Sofia Aboim (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”. *Análise Social*, n.º 163: 411-446.

Glick, P. e Spanier, G. (1980), “Married and unmarried cohabitation in the united states”. *Journal of Marriage and the Family*, n.º 42: 19-30.

Kaufmann, J.-C. (1993), “Mariage et cohabitation” et “Le couple à petits pas”. In *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.

Kellerhals, Jean et al. (1982), *Mariage au Quotidiens: Inégalités Sociales, Tension Culturelles et Organization Familiale*, Lausanne: Fabre.

Leridon Henri e Catherine Villeneuve-Gokalp (1988), “Les Nouveaux Couples: nombre, caractéristiques et attitudes”. *Population*, 2.

McRae, S. (1993), Long term cohabiting mothers, Policy Research Findings, 42. England: Joseph Rowntree Foundation.

Roussel, L. (1986), “La cohabitation sans mariage: des faits aux interprétations”. *Dialogue*, 92.

Roussel, L. (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.

Prinz, Ch. (1995), *Cohabiting, Married or Single*, England, Avebury.

Shorter, E. (1977), *La naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil.

Smart, C. e Pippa Stevens (2000), *Cohabitation Breakdown*, Londres, Family Policy Studies Centre.

Toulemon, L. (1996), “La cohabitation hors mariage s’installe dans la durée”. *Population*, 3: 675-715.

Torres, Anália (2002), *O casamento em Portugal*, Oeiras, Celta.

Villeneuve-Gokalp, Catherine (1990), “Du Mariage aux unions sans papiers: histoire récente des transformations conjugales”. *Population*, 2.

Wall, K. (coord.), et al. (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo*. Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE e ICS.